

# ENCONTRO DE POSSIBILIDADES DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

## MEETING OF POSSIBILITIES OF EMERGENCY REMOTE TEACHING IN SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE

Bárbara Gai Zanini Panta **1**  
Ângela Balbina Neves Picada **2**  
Sílvia Maria de Oliveira Pavão **3**

Mestranda em Políticas Públicas e Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria. **1**  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0757412175053124>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2517-0391>.  
E-mail: bahzaninitics@gmail.com

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. **2**  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9097507951023038>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7601-6186>.  
E-mail: angela.picada@gmail.com

Pós- doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **3**  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6934897603622261>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5365-0280>.  
E-mail: silviamariapavao@gmail.com

**Resumo:** Esta pesquisa traz uma investigação direcionada à educadores especiais da rede estadual de ensino em Santa Maria - RS, com o intuito de perceber como estes sujeitos entendem o ensino remoto emergencial, como estão realizando este trabalho direcionado ao AEE e quais os desafios encontrados neste percurso. O método de pesquisa, de natureza básica e abordagem qualitativa, foi desenvolvido por meio de um questionário estruturado direcionado aos educadores especiais. Com os resultados destes questionários e a reflexão acerca das percepções dos educadores sobre o ensino remoto emergencial e sobre o trabalho que vem sendo realizado, percebeu-se que os maiores desafios encontrados em situação de ensino remoto emergencial é a falta de acesso dos estudantes e a dificuldade das famílias no auxílio aos estudantes. Este resultado direciona a uma reflexão sobre como a desigualdade social e a falta de valorização do professor podem refletir diretamente na qualidade do ensino remoto emergencial.

**Palavras-chave:** Pandemia da Covid-19. Educação Inclusiva. Educação Especial. Desigualdade Social.

**Abstract:** This research brings an investigation directed to special educators from the state education network in Santa Maria- RS, Brazil, in order to perceive how these subjects understand the emergency remote teaching, how they are carrying out this work directed to AEE and what are the challenges encountered in this path. The research method, from basic nature and qualitative approach, was developed by means of a structured questionnaire aimed at special educators. With the results of these questionnaires and the reflection on the educators perceptions about emergency remote teaching and the work that has been carried out, it was realized that the biggest challenges found in emergency remote teaching situations is the lack of access by students and the families' difficulties in helping the students. This result leads to a reflection on how social inequality and lack of appreciation of the teacher can directly reflect on the quality of emergency remote teaching.

**Keywords:** Covid-19 Pandemic. Inclusive Education. Special Education. Social Inequality.

## Introdução

Diante do avanço da pandemia de COVID-19<sup>1</sup> causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), a educação presencial foi sistematicamente suspensa em todo o país e no mundo como uma das formas de distanciamento social. A escola por si só é um ambiente com aglomeração de pessoas, um lugar de contato físico entre estudantes, professores e funcionários. Em vista da rápida disseminação do vírus no Brasil, uma das primeiras ações do Ministério da Saúde, foi de declarar por meio da Portaria 454 de 20 de março de 2020, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (Covid-19) em todo território nacional.

O governo do estado do Rio Grande do Sul, por meio do Decreto nº 55.118, de 16 de março de 2020, estabeleceu medidas complementares de prevenção ao contágio pela Covid-19 no âmbito do Estado. Por meio deste Decreto as aulas presenciais foram suspensas por 15 dias prorrogáveis em todo âmbito do sistema estadual de ensino. A suspensão das aulas foi prorrogada sucessivamente devido às taxas de contágio continuarem aumentando. Até o momento da conclusão deste estudo, não havia previsão de retorno às aulas presenciais.

Sem precedentes, esta situação levou essas instituições de ensino a tomar decisões a respeito da maneira como iriam atender aos estudantes em distanciamento social com urgência e sem nenhum planejamento prévio. O ensino de modo não presencial passou a ser a única forma de relação ensino/aprendizagem e, concomitantemente, o atendimento aos estudantes público da educação especial passou a ser realizado desta forma.

No mundo, “mais de 1,5 bilhão de alunos e 60,3 milhões de professores de 165 países foram afetados pelo fechamento de escolas devido à pandemia do coronavírus.” (CUNHA, 2020). De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (BRASIL, 2019), em todo o Brasil são 180,6 mil escolas, 47,9 milhões de estudantes e mais de 2,2 milhões de professores. No estado do Rio Grande do Sul, são mais de 880 mil estudantes e 117,5 mil professores. Todos estes indivíduos, hoje, em distanciamento social e encontrando maneiras de seguir ensinando e aprendendo em meio à pandemia.

Neste contexto, surgiu a seguinte indagação: como os estudantes público da educação especial, com “deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2011), estão sendo atendidos nesta situação de distanciamento? Conforme a Lei Nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no que tange ao direito à educação, “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015).

Neste sentido, Santos (2020) faz uma atual reflexão acerca do paradigma que envolve este processo afirmando que as pessoas com deficiência, parte do público da educação especial, têm sido vítimas de uma forma de dominação denominada de capacitismo. Este termo, segundo Santos (2020), diz respeito à forma com que a sociedade discrimina as pessoas com deficiência sem reconhecer suas necessidades especiais e não lhes oferecendo a devida acessibilidade para desfrutar da sociedade como qualquer pessoa poderia. O autor reflete que “de algum modo, as limitações que a sociedade lhes impõe fazem com que se sintam a viver em quarentena permanente.” (SANTOS, 2020, p. 22) e também questiona sobre como estas pessoas viverão esta nova quarentena, quando dependem de muita ajuda daquelas pessoas que também agora estão isoladas.

À vista disso, Santos (2020) questiona se as pessoas com deficiência verão durante a quarentena alguma justiça social e afirma que as assimetrias sociais e exclusão se tornam mais visíveis nestes períodos. Ainda refere que toda situação de quarentena é discriminatória, porém se torna ainda mais difícil para aqueles que estão em alguma situação de vulnerabilidade especial que se antecede à quarentena e que se agrava nela.

Em consequência destes questionamentos, esta pesquisa busca realizar uma investigação direcionada à educadores especiais da rede estadual de ensino da cidade de Santa Maria - RS, com o intuito de perceber como estes sujeitos entendem a situação de ensino remoto

<sup>1</sup> Segundo Ministério da saúde, COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves.

emergencial, como estão realizando este trabalho direcionado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e quais os desafios encontrados neste percurso. Com base nas respostas destes questionamentos, objetiva-se propor algumas reflexões de modo a contribuir com a qualificação e capacitação docente, assim como incitar um movimento reflexivo sobre os fatores sociais presentes nestes desafios.

Nesta perspectiva, lidando com a imprevisibilidade da volta ao ensino presencial, profissionais da educação e estudantes necessitaram redimensionar suas formas de ensinar e aprender, sendo priorizadas as práticas digitais. Sincronicamente, vieram muitos questionamentos sobre que tipo de prática era essa, sendo utilizados vários termos como Educação a Distância (EaD), Ensino remoto emergencial (ERE) ou Ensino Domiciliar (ED). Isto posto, em um primeiro capítulo será conceituado o ERE, a EaD e o ED de forma a esclarecer a maneira adequada de nomear as práticas realizadas pelas instituições de ensino neste momento de distanciamento social. Desta forma, será possível elucidar o motivo pelo qual utilizamos a terminologia “Ensino remoto emergencial” para identificar o tipo de atividade realizada na situação de pandemia e isolamento social.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas (BRASIL, 2008). Diante disso, as práticas de ensino remoto emergencial teriam como uma das funções identificar, elaborar e organizar os recursos tecnológicos necessários visando eliminar as barreiras para participação dos estudantes público-alvo da educação especial.

A modalidade de Educação Especial, conforme as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009), tem caráter complementar e perpassa todas as etapas e níveis de ensino. Assim, em qualquer situação de ensino percebe-se necessário pensar em como o AEE irá organizar o trabalho com o objetivo de eliminar barreiras e facilitar a acessibilidade. A função do educador especial, neste contexto, também precisa ser considerada, pois a elaboração e execução do plano de AEE em articulação com os professores de sala de aula regular e outros serviços setoriais necessários ao atendimento são de competência dele (BRASIL, 2009).

Desta forma, mesmo em situação de emergência e distanciamento social, o estudante público da educação especial precisa ser olhado em suas especificidades, somadas aos desafios da distância e atividades remotas. Em um segundo capítulo será relatado a maneira com que os educadores especiais das escolas estaduais de Santa Maria - RS estão atendendo esse público na situação de distanciamento social.

Esta pesquisa, tentando trazer o ensino remoto emergencial sob a perspectiva do Atendimento Educacional Especializado, tem o objetivo de compreender de que maneira escolas estaduais de Educação Básica estão realizando o AEE, utilizando a ferramenta de ensino remoto emergencial, em meio à pandemia. O método de pesquisa, de natureza básica e abordagem qualitativa, será desenvolvido por meio de um questionário estruturado direcionado aos educadores especiais da rede estadual de ensino de Santa Maria - RS. Neste contexto, percebendo os desafios encontrados pelos educadores, busca-se identificar as lacunas relacionadas à formação destes profissionais, assim como os impasses relacionadas à inclusão escolar diante destas circunstâncias.

## **Ferramentas de apoio utilizadas pelas instituições de ensino em meio à Pandemia COVID-19: Educação a Distância, Ensino Domiciliar ou Ensino Remoto Emergencial?**

Para elucidar a pesquisa em relação aos termos que estão sendo utilizados para identificar o tipo de ensino adotado no período de distanciamento social, foi necessário fazer uma investigação teórica acerca da maneira correta desta identificação. Conforme Costa (2020) é necessário que não só educadores, mas toda a população compreenda a diferença entre o Ensino remoto emergencial e a Educação a Distância, afirmando que estes se assemelham

somente no que se refere à mediação pela tecnologia, mas que os princípios do ensino remoto emergencial seguem os mesmos da educação presencial. Costa (2020) reitera que não existiu um plano administrativo ou pedagógico para casos assim, bem como “muitas entidades educacionais brasileiras não estavam preparadas tecnologicamente nem teoricamente” (COSTA, 2020, p.1) e, em função disto, percebe-se a utilização do termo Educação a Distância para caracterizar esta forma de ensino remoto emergencial realizada desde o fechamento das instituições de ensino.

Conforme o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, artigo 1º, o que caracteriza a Educação a Distância é o fato de ser uma modalidade educacional que se utiliza de tecnologias de informação e comunicação como meios de mediação didático-pedagógica, e que “desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.” (BRASIL, 2017). Contudo, no mesmo artigo, o Decreto deixa claro que a Educação a Distância deve ser organizada “com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, [...]” (BRASIL, 2017). Ainda, este Decreto traz em seu artigo 8º:

Compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância nos seguintes níveis e modalidades: I - ensino fundamental, nos termos do § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; II - ensino médio, nos termos do § 11 do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996; III - educação profissional técnica de nível médio; IV - educação de jovens e adultos; e V - educação especial (BRASIL, 2017).

Em seguida, no artigo 9º, o Decreto menciona que o ensino fundamental poderá ser ofertado na modalidade à distância em situações emergenciais. O distanciamento social, por se tratar de uma situação emergencial, pode levar a entender que a Educação a Distância seria a maneira adequada de nomear o tipo de ensino realizado neste momento. O vocábulo “Educação a Distância”, dependendo da forma como é utilizado, pode significar diversos processos que se diferem entre si, e, nem sempre é realmente empregado da forma correta. É necessário tomar cuidado ao utilizar certas expressões, pois, “há um certo ar de modismo cercado a recente expansão da educação a distância no Brasil” (SIMÃO NETO, 2012, p. 10).

Conforme Simão Neto (2012), algumas das características principais da EaD é o planejamento dos processos e a necessidade de autonomia dos estudantes. Além disso, um dos principais desafios desta modalidade é, segundo Simão Neto (2012), “a construção de modelos pedagógicos que permitam ampliar o alcance da educação... adaptando-os ao tempo em que vivemos” (SIMÃO NETO, 2012, p.12). Percebemos, em uma rápida análise, que as características da Educação a Distância assemelham-se com as atividades realizadas de forma remota em função da pandemia. Entretanto, não é possível utilizar esta nomenclatura baseando-se somente em semelhanças.

Outra expressão muito utilizada para caracterizar o ensino após a necessidade de distanciamento social é o Ensino Domiciliar. De acordo com Costa (2016), é uma prática pela qual os pais dos estudantes optam pelo ensino em casa geralmente por motivos religiosos morais ou pessoais. Desta forma, a expressão “Ensino Domiciliar” não deve ser utilizada para nomear o ensino utilizado em distanciamento social, pois, além de não ser opção das famílias dos estudantes, não é uma modalidade legalizada no Brasil.

Diante disso, para conceituar a terminologia “ensino remoto emergencial”, será necessário repensar a maneira como é visto o ensino de maneira não presencial na situação de distanciamento social, levando em consideração reflexões recentes de alguns autores. Moreira e Schlemmer (2020), fazem referência ao desafio institucional de adaptação diante de alterações estruturais, levando à inovações e flexibilidade, pois a suspensão de atividades presenciais acabou por obrigar professores e estudantes a migrarem para o ensino online. A transferência de metodologias geralmente utilizadas em territórios físicos de aprendizagem, no caso a escola,

passa a ser apelidado, segundo Moreira e Schlemmer (2020), de ensino remoto emergencial de emergência.

Em um contraponto, há que se considerar que o ensino remoto emergencial pode ser interpretado de maneira a utilizar as tecnologias digitais sem modificar a metodologia transmissiva utilizada no ensino presencial. Desta forma, Moreira e Schlemmer (2020) reiteram a importância de “clarificar e delimitar conceitos fundamentais no domínio da Educação mediada pelo digital, como Ensino remoto emergencial, Ensino a Distância, Educação a Distância ou *eLearning*” (MOREIRA E SCHLEMMER, 2020, p. 7). Isto posto, faz-se necessário refletir sobre a real função do ensino remoto emergencial e por qual motivo este termo é utilizado, não no intuito de destacar suas características adversas, mas sim para identificar os processos que estão envolvidos na criação de tal termo.

O termo remoto significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O Ensino remoto emergencial ou Aula Remota se configura então, como uma modalidade de ensino ou aula que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e estudantes e vem sendo adotada nos diferentes níveis de ensino, por instituições educacionais no mundo todo, em função das restrições impostas pelo COVID-19, que impossibilita a presença física de estudantes e professores nos espaços geográficos das instituições educacionais (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 8).

Desta forma, entende-se que o ensino remoto emergencial é a transposição das metodologias e práticas do ensino presencial, para meios digitais, em função de um impedimento de contato físico entre professores e estudantes. Moreira e Schlemmer (2020) destacam que geralmente nesta modalidade o processo é centrado no conteúdo e é ministrado pelo mesmo professor de aula presencial, com uma lógica de controle do que é disponibilizado e recebido, sempre gravado e registrado: “em algumas versões, o ensino remoto emergencial ou aula remota assemelha-se ao ensino a distância do século passado, realizado por correio, rádio ou TV, tendo o acréscimo de tecnologias digitais, em rede.” (MOREIRA E SCHLEMMER, 2020, p. 9).

Em suma, este modelo de ensino remoto emergencial é algo temporário, imposto em função de restrições e distanciamento social, que envolve soluções rápidas por parte das mantenedoras e profissionais da educação, muitas vezes sem a formação em tecnologia necessária ao desempenho de um modelo educacional digital ideal. A qualidade do ensino remoto emergencial dependerá, não só da metodologia utilizada pelo educador, mas também dos recursos que os estudantes terão disponíveis para ter acesso a este ensino, como dispositivos de qualidade e sinal de internet. Estas condições são ligadas, principalmente, a fatores socioeconômicos, o que salienta ainda mais a exclusão social e escolar de uma parte dos estudantes da rede pública de educação. Busca-se, então, perceber como este recurso temporário está sendo utilizado em prol da inclusão de estudantes público da educação especial dentro deste contexto.

### **Ensino remoto emergencial direcionado aos estudantes Público da Educação Especial realizado na rede estadual de Santa Maria - RS: narrativa dos sujeitos de pesquisa**

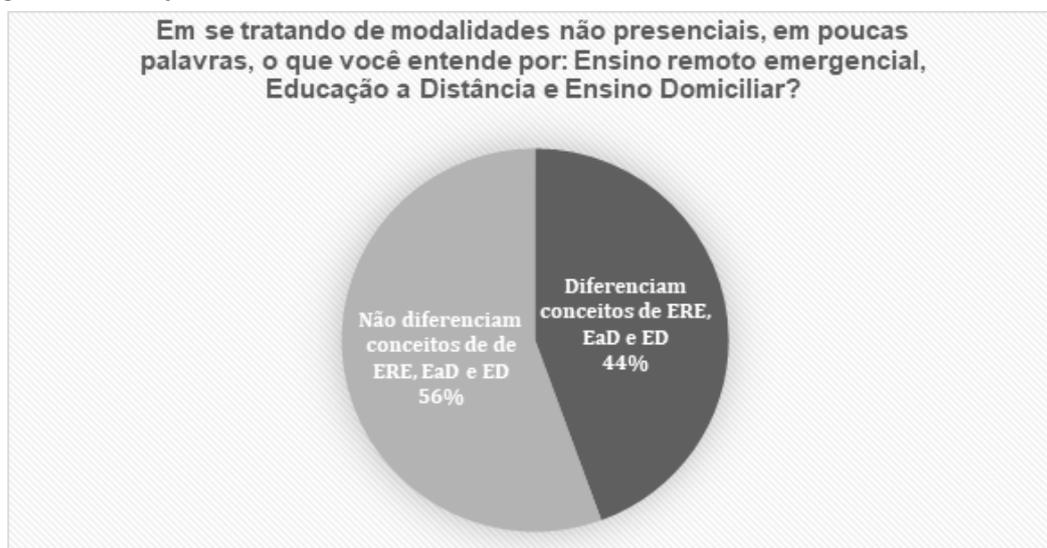
Esta pesquisa foi desenvolvida por meio da aplicação de questionários utilizando o aplicativo *Google* Formulários. Ressalta-se que a escolha do método de coleta de informações considerou alguns fatores correntes, como a situação de isolamento social e também a anteposição dos sujeitos de pesquisa. O primeiro contato com possíveis sujeitos da pesquisa, esteve sob forma de e-mail, com um convite explicitando o tema da pesquisa, seus objetivos e relevância tanto para a área científica, quanto para a formação de professores. Neste convite, foram ofertadas algumas opções para a coleta de dados sendo que a preferência recaiu ao questionário por meio do formulário. Os sujeitos da pesquisa constituíram em educadores especiais da rede estadual de educação básica de Santa Maria - RS.

Nesse sentido, a investigação se deu num total de 9 educadores especiais da rede bási-

ca estadual de Santa Maria - RS. Todos atuam há mais de 7 anos no Atendimento Educacional Especializado. Foi aplicado um questionário com 4 perguntas abertas relacionadas ao conhecimento destes educadores sobre ensino remoto emergencial, à forma como o ensino remoto emergencial no AEE estava acontecendo em sua (s) escola (s) de atuação, os instrumentos e estratégias que estão utilizando neste contexto, os desafios que encontram no seu trabalho do AEE de forma remota e suas considerações para o futuro.

Quando questionados sobre a diferença entre o Ensino remoto emergencial (ERE), a Educação a Distância (EaD) e o Ensino Domiciliar (ED), conforme a Figura 1, 4 educadores souberam identificar as diferenças, mencionando o que entendem por cada modalidade. No entanto, 5 educadores responderam unindo as três terminologias em um mesmo conceito, identificando-as como um tipo de ensino não presencial, diferente da forma tradicional de ensino.

**Figura 1.** Conhecimento dos educadores sobre a diferença entre Ensino remoto emergencial, Educação a Distância e Ensino Domiciliar



**Fonte:** As autoras (2020).

Sobre a utilização de alguma modalidade não presencial antes da situação de pandemia e isolamento social, 5 responderam que não utilizavam e 4 responderam que utilizavam como forma de diálogo com as famílias, orientações, rotinas e envio de vídeos para os estudantes. Todos os educadores participantes da pesquisa responderam que estão realizando atividades remotas no Atendimento Educacional Especializado da escola em que atuam.

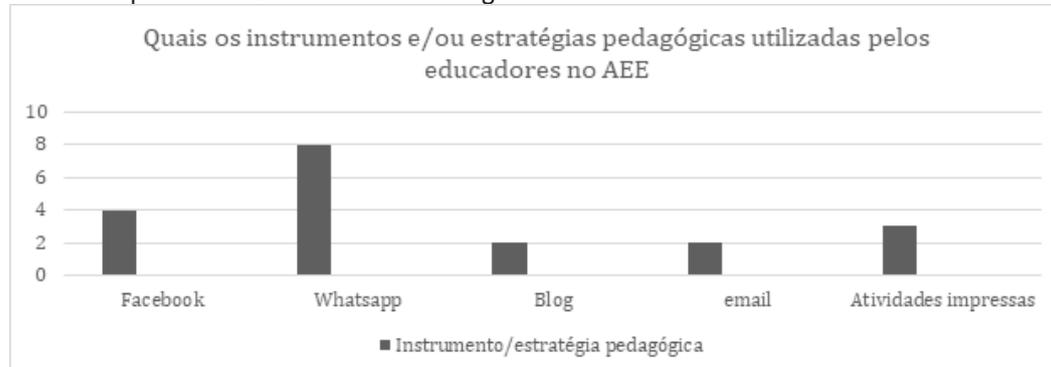
Os educadores relataram, em suas respostas, que organizam atividades específicas para o AEE, mencionando o ensino colaborativo como uma das formas de atendimento que consideram importantes neste momento. Todavia, a maioria dos professores relata a dificuldade em planejar colaborativamente atividades com os professores de sala de aula regular, destacando que esta prática está sendo realizada somente com alguns professores.

A principal ferramenta utilizada para a comunicação com as famílias e também para o envio de materiais, segundo os educadores, é o aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp*. Os professores relatam que utilizam muito o recurso de envio de áudio para orientar estudantes e suas famílias, também utilizam o envio de vídeos relacionados com o tema que estão trabalhando, atividades interativas, links de sites e de jogos educativos.

Os educadores também expõem que utilizam as redes sociais, principalmente o *Facebook* para disponibilizar atividades aos estudantes e se comunicar com as famílias. Alguns utilizam também o *Blog* como ferramenta de disponibilização dos materiais do AEE, propostas de atividades e compartilhamento de vídeos, áudios e imagens referentes ao atendimento. Alguns educadores mencionaram que precisam também disponibilizar, para alguns estudantes, atividades impressas para serem entregues de forma presencial, uma vez que nem todos tem acesso à internet ou equipamentos tecnológicos para participar do ensino remoto emergen-

cial de modo online. Na Figura 2, ilustra-se o comparativo dos instrumentos e estratégias mais utilizados.

**Figura 2.** Comparativo dos instrumentos/estratégias pedagógicas utilizadas pelos educadores especiais no Ensino remoto emergencial



**Fonte:** As autoras (2020).

Há mais semelhanças do que diferenças nos relatos dos educadores em relação ao trabalho remoto que vem sendo realizado no AEE das escolas estaduais em que atuam. Ademais, a maioria relata, mesmo sem estar explícito nas perguntas realizadas, a importância do ensino colaborativo. Os educadores demonstram ter consciência da importância do trabalho colaborativo em época de isolamento social, conjuntamente, relatam a dificuldade na realização deste trabalho de forma remota.

Compreende-se que há uma preocupação por parte dos educadores especiais envolvidos nesta pesquisa em continuar o atendimento de seus estudantes do AEE, levando em conta que a situação de isolamento e de suspensão do atendimento presencial não lhes retira o direito à educação de qualidade e em equidade aos demais estudantes.

## **Ferramentas e alternativas metodológicas utilizadas no Ensino remoto emergencial: implicações aos objetivos do AEE e da Inclusão Escolar**

Até o momento de fechamento dos dados desta pesquisa, ainda estava sendo implantada, como plataforma padrão de ensino remoto emergencial na rede estadual, o *Google Classroom* (Google Sala de Aula). A secretaria estadual de educação, neste momento, ainda se organizava em relação à preparação de estudantes e professores para utilizar a plataforma. Por isso, nenhum educador participante da pesquisa mencionou o uso da plataforma *Google Sala de Aula*. As ferramentas mencionadas pelos educadores, foram: *Facebook*, *WhatsApp*, *e-mail* e *Blog*. Os educadores relataram que utilizam estas plataformas para o ensino remoto emergencial, para planejamento colaborativo com professores de sala de aula regular e para comunicação com as famílias.

Partindo da Perspectiva de que, o Atendimento Educacional Especializado, como serviço da Educação Especial, se institui na “oferta de recursos de acessibilidade que visam à participação e a aprendizagem dos alunos público alvo da Educação Especial no ensino comum.” (TURCHIETTO, 2014, p. 39), pressupõe-se que o ensino remoto emergencial esteja voltado a este objetivo.

Conforme Turchiello (2014), o professor que atua do AEE trabalha com o objetivo de eliminar barreiras para a aprendizagem, assegurando as condições para continuidade dos estudos do público da Educação Especial:

Tendo como fio condutor do trabalho a participação dos alunos público-alvo da Educação Especial no contexto escolar e social, busca-se o desenvolvimento das capacidades e potencialidades dos alunos, atentando às suas necessidades.

O que se pretende é a complementação/suplementação da formação do aluno para que sejam criadas as condições para o acompanhamento dos ensinamentos das turmas comuns em que se encontram incluídos (TURCHIELLO, 2014, p.58)

Sendo assim, presume-se que, mesmo em situação de ensino remoto emergencial, os objetivos do AEE, mais do que oferecer atendimento com atividades de complementação ou suplementação ao ensino regular, proporcione o acesso dos estudantes às atividades da turma de ensino comum. Indaga-se, neste contexto, em como as ferramentas e alternativas metodológicas que estão sendo utilizadas no ensino remoto emergencial pelos educadores especiais na rede estadual, estão contribuindo para este processo.

Para o trabalho colaborativo, os educadores citaram o uso do *WhatsApp* e de reuniões via *Google Meet* com os professores. No contexto do isolamento social, reuniões virtuais podem ser um bom recurso para o planejamento de atividades adaptadas realizado de maneira colaborativa. Ainda, pelo *WhatsApp*, é possível trocar arquivos de texto, vídeo e imagem, proporcionando a possibilidade do acesso a materiais das aulas, pelos educadores especiais, de forma a contribuírem com adaptações ou adequações.

Silva Júnior (2018), reitera que o serviço da Educação Especial deve ocorrer em articulação com o ensino comum “, devendo o professor da sala de AEE trabalhar em parceria com os professores da sala regular, objetivando viabilizar e garantir a aprendizagem escolar dos alunos em situação de inclusão” (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 21). Esta articulação com o ensino comum é destacada pela maioria dos educadores sujeitos da pesquisa, como importante papel do trabalho no AEE. Uma vez que o AEE não tem caráter substitutivo ao ensino comum, em situação de ensino remoto emergencial os estudantes necessitam ter garantido o acesso e participação nas aulas e atividades remotas de sala de aula regular.

Diante disso, é possível relacionar algumas ferramentas, como principalmente as reuniões realizadas pelo *Google Meet* e grupos de *WhatsApp*, com o esforço por parte dos educadores em realizar um trabalho colaborativo, indo ao encontro de um dos principais objetivos do AEE. Conforme Casarin (2017), dentro da escola há relações intrínsecas que podem ser observadas, percebendo-se interfaces entre a inclusão social, digital e educacional. Estas interfaces podem estar ligadas ou entrecruzadas, mas o sucesso de uma pode estar relacionado com o desenvolvimento de outra e vice-versa.

Pensando na situação de ensino remoto emergencial, esta conexão se torna ainda mais exposta. Enquanto dentro da escola é possível controlar um pouco mais as situações de (in) exclusão, ou mesmo fatores relacionados à acessibilidade, fora dela se torna muito mais difícil. Podemos realizar a adaptação de um material, avaliação ou conteúdo curricular, mas não podemos mudar fatos ou situações dentro da casa dos estudantes, como por exemplo a ausência de acesso à internet, falta de material ou até mesmo a dificuldade dos pais em auxiliar o estudante em uma atividade.

Essa proposta de trabalho exige ações conjuntas entre o professor do ensino comum e o professor da Educação Especial. Sabemos que as frentes de trabalho de cada profissional são distintas, mas estes precisam interagir para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, realizando um trabalho interdisciplinar e colaborativo. Ao professor do AEE, cabe uma ação pedagógica especializada com conhecimentos sobre atividades voltadas às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiências. O professor poderá utilizar-se de recursos computacionais, ajudas técnicas e adequações necessárias para participação de todos no processo educacional. (CASARIN, 2017, p. 24)

Considerando que, as ações dos professores de classe regular e especial realizando um trabalho interdisciplinar e colaborativo seja uma das principais alternativas para alcançar um ensino inclusivo, é plausível pensar que no ensino remoto emergencial este trabalho deva ser priorizado. Todavia, a maneira com que o professor de sala de aula regular irá conduzir com seu estudante a atividade planejada colaborativamente, também sofrerá influências pela mudança na maneira de ensinar de forma remota. Nesse contexto, percebe-se mais um revés a ser solucionado em prol de uma educação inclusiva de qualidade, também no âmbito da situação de distanciamento social.

Referente às ferramentas utilizadas para disponibilizar atividades específicas do AEE, como relatam os educadores participantes da pesquisa, foi utilizado principalmente grupos no *WhatsApp* ou páginas do *Facebook*, *e-mail* e o *Blog*, em alguns casos. Os educadores relataram que disponibilizavam atividades por meio destas ferramentas e com o uso do *WhatsApp*, ligação telefônica ou e-mail, realizavam as orientações específicas, caso a caso. Alguns relatos apontam que as atividades eram disponibilizadas somente por mensagem individual, para cada estudante e em alguns casos foi necessário o material impresso, devido à falta de recurso tecnológico por parte da família.

Neste âmbito, podemos refletir em como estas ferramentas possibilitam alcançar os objetivos do AEE, uma vez que, pensando em diferentes situações e públicos da educação especial, na maioria dos casos o acesso a estas atividades passa pela família, que vai então orientar o estudante na realização. São inúmeras as variantes neste contexto, incluindo famílias em que os pais ou cuidadores possuem dificuldades de aprendizagem ou até mesmo alguma deficiência. Há famílias que, mesmo possuindo algum recurso tecnológico, não tem domínio destas ferramentas para utilizá-las de acordo com os objetivos estabelecidos pelos professores. Outra variante que podemos considerar é o fato de muitos pais não estarem em isolamento, deixando os estudantes aos cuidados de outros familiares ou pessoas que poderão não ter a possibilidade de auxiliar nas atividades escolares.

Turchiello (2014), diz que “é preciso, também, que a escola e o professor do AEE olhem para a família dos alunos atendidos como parceira no desenvolvimento da proposta inclusiva”. (p. 61). Neste momento, mais do que nunca, a escola depende do apoio da família para mediar os processos de aprendizagem e dar suporte, cooperando de forma a contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes. Para Turchiello (2014), também as famílias devem ser orientadas sobre o uso dos recursos considerando que muitos deles precisam ser utilizados fora do âmbito escolar.

Desta forma, a situação de ensino remoto emergencial evidencia a necessidade desta parceria, mesmo diante de muitas dificuldades já mencionadas anteriormente. O recurso de aplicativos de mensagens e redes sociais, utilizados pelos educadores no ensino remoto emergencial, é uma forma razoável de manter este contato com as famílias orientando-as quanto ao uso dos recursos e realização das atividades curriculares.

As ferramentas e alternativas metodológicas utilizadas pelos educadores especiais no contexto do AEE, de uma maneira geral, são as mesmas utilizadas pelos professores de sala de aula regular. O que irá diferenciar, em cada caso, é a maneira com que esta ferramenta será utilizada em prol do acesso do estudante e sua família. É possível exemplificar isto, quando observados em alguns relatos, o uso do *WhatsApp* em forma de mensagens de texto, e outros em arquivos de áudio, em situações onde o estudante ou sua família, possui dificuldade em compreender a linguagem escrita.

Neste sentido, os educadores relatam as variantes no uso das ferramentas observando, não só as peculiaridades da deficiência do estudante ou de sua necessidade específica de aprendizagem, mas também o acesso ao recurso e acesso por sua família, que é quem irá auxiliá-lo. Em alguns casos, como também narrado pelos educadores, todo o material disponibilizado de forma virtual para os estudantes necessitou ser disponibilizado de forma impressa para entrega presencial, em função da falta de acesso à tecnologia digital, pela família. Como no Atendimento Educacional Especializado realizado dentro da escola, em todos seus espaços, incluindo a Sala de Recursos Multifuncional, é necessária a flexibilização de recursos, caso a caso, considerando o estudante em sua individualidade.

## Desafios enfrentados pelos Educadores Especiais no desenvolvimento do Ensino remoto emergencial no AEE: como nos prepararmos para situações futuras?

Dentre todos os questionamentos utilizados nesta pesquisa, o último, referente aos desafios encontrados pelos educadores na situação de isolamento social e ensino remoto emergencial, foi o que mais apresentou apontamentos por parte destes educadores. Da mesma forma, este questionamento foi o que mais revelou pontos em comum apresentados pelos educadores. As pesquisadoras escolheram as perguntas abertas, sem restrição de extensão, objetivando coletar o máximo possível de informações e reflexões dos educadores envolvidos nesta pesquisa.

No quadro 1, apresenta-se as respostas dos educadores para o seguinte questionamento: “Quais os desafios que você tem encontrado no seu trabalho no AEE e quais suas considerações para situações futuras?”. Buscando preservar a identidade dos sujeitos de pesquisa, identificou-se os educadores por meio da letra “E”, seguido de uma numeração seguindo a ordem de recebimento das respostas do questionário. Frente ao questionamento, os educadores retornaram com as seguintes respostas:

**Quadro 1.** Desafios encontrados por educadores especiais em situação de ensino remoto emergencial e suas considerações para situações futuras

EDUCADOR (A)	RESPOSTA
E1	“Grandes desafios, pois, devemos reinventar atividades que seriam presenciais ao contexto de afastamento escolar. Devemos levar em conta os recursos materiais disponíveis por cada família, o desenvolvimento cognitivo do educando bem como do responsável que irá auxiliar na realização das atividades. As situações futuras vão ter que se revistas, pois termos que trabalhar além de aspectos cognitivos, os grandes impactos emocionais causados pelo isolamento social. Muitas famílias privadas de convívio e com grandes dificuldades financeiras...”
E2	“A maior dificuldade encontra-se no ensino colaborativo com os professores, embora isso não seja somente em função da pandemia, já havia essa dificuldade também. Acho que o maior desafio é o conflito em relação ao que enviar remotamente, aos alunos do AEE, pois muitas vezes, parece um trabalho de “reforço”, o que no atendimento presencial, é diferente, pois a possibilidade de utilizar outras estratégias é ampla e viável.”
E3	“A principal dificuldade é o acesso e participação dos estudantes nas atividades, já que as famílias estão relatando muitas limitações na interação com os filhos para a realização das atividades que são propostas. Isso principalmente no que diz respeito aos alunos com mais comprometimento intelectual ou comportamental.”
E4	“Desafios: -Falta de acesso dos alunos à internet, computador, celular... - Falta de comprometimento da família - Dificuldade para planejar em colaboração com os professores do ensino regular - Falta de compreensão da Secretaria de Educação do RS, que impõe situações que não condizem com o trabalho do AEE”
E5	“Falta de Conexão com internet dos alunos, retorno das atividades. O ensino remoto emergencial para educação especial na minha percepção para a educação especial é bem mais complexo, principalmente para alunos com deficiências mais graves, onde a mediação física do professor é essencial.”
E6	“A dificuldade de acesso dos alunos e a questão de adaptação de atividades e trabalho colaborativo que se torna uma busca única e exclusiva do professor de educação especial. Para situações futuras se ainda nas atividades remotas é ir buscando alternativas.”
E7	“Na verdade, o maior desafio que tenho encontrado é manter os alunos estimulados a continuar realizando as atividades propostas pois muitos já estão cansados e estressados pelo fato de estarem presos em casa e em muitos casos até passando necessidade.”

E8	“A maior dificuldade é o acesso dos alunos às atividades, pois a maioria das famílias não tem acesso `a computador e internet. Falta informação e também as famílias não sabem como ensinar as crianças.
E9	“A falta de acesso dos alunos a internet é o maior desafio. “

**Fonte:** As autoras (2020).

Analisando as repostas dos educadores especiais, o que mais chama a atenção é que a grande maioria mencionou como um dos principais desafios, a falta de acesso dos estudantes à internet e à dispositivos eletrônicos com capacidade para realizar o ensino remoto emergencial. Algumas respostas já relacionam esta dificuldade com a situação socioeconômica dos estudantes que na maioria dos casos já era precária e em função da situação da pandemia, agravou-se.

Outro desafio mencionado por alguns educadores foi em relação às famílias e suas dificuldades em auxiliar os estudantes nas atividades do ensino remoto emergencial. Foi relatado que alguns familiares possuem grandes dificuldades cognitivas, assim como em alguns casos há falta de comprometimento da família. Em relação ao ensino colaborativo, foi relatada certa dificuldade por alguns educadores em realizar remotamente, inclusive em algumas das respostas fica explícito que esta dificuldade já era recorrente antes da pandemia e que geralmente é uma busca exclusiva do educador especial.

Alguns dos educadores citaram a dificuldade em transformar as atividades que eram realizadas no AEE de forma presencial, para a forma de ensino remoto emergencial, sem que estas atividades se assemelhem a aulas de reforço ou que se tornem difíceis para as famílias realizarem com os estudantes. Os educadores destacam que a falta de contato físico, presencial, afeta muito a qualidade do trabalho, principalmente no que se refere a estudantes com comprometimentos físicos e intelectuais mais severos.

É importante destacar, também, a preocupação dos educadores com a situação emocional de seus estudantes. Foi mencionado o impacto emocional do isolamento ligado também às dificuldades financeiras das famílias agravados pela pandemia. A situação de estresse que os estudantes e suas famílias estão passando, foi destacado em algumas respostas. A questão de como o trabalho do AEE é visto pela escola e pela secretaria de educação foi também citado por um dos educadores.

Um segundo questionamento na mesma pergunta, sobre as considerações para situações futuras, foi pouco mencionado. Todavia, estas considerações ficaram implícitas nas respostas dos educadores, quando mencionam a dificuldade no ensino colaborativo, a falta de informação de professores, famílias e até mesmo da secretaria de educação sobre o papel do AEE. Em uma das respostas, o educador destaca a importância de se trabalhar aspectos emocionais do pós-pandemia, em função dos impactos do isolamento social.

Assim sendo, mostra-se, nas respostas dos sujeitos da pesquisa, a preocupação com o atendimento aos estudantes público da educação especial, o acesso aos objetos de aprendizagem e a maneira com que as famílias irão conduzir estas atividades de modo a efetivar os objetivos do AEE. As respostas também exteriorizam a consciência destes educadores sobre a situação de grande impacto emocional e socioeconômico que as famílias da maioria dos estudantes estão enfrentando em meio à pandemia.

## Considerações Finais

Constatam-se, por meio deste estudo, muitas implicações acerca do ensino remoto emergencial direcionado ao Atendimento Educacional Especializado. Grande parcela destas inferências diz respeito, não só ao trabalho do AEE, mas ao ensino de uma maneira geral em meio à pandemia e isolamento social.

Um dos fatores que se pode considerar importante em relação à situação futura à pandemia é a formação dos professores. A tecnologia anteriormente ao Ensino Remoto Emergencial, estava presente no cotidiano mundial, porém percebe-se que não absorvida de forma efetiva no contexto educacional. Dessa forma, educadores precisaram aprender, às pressas, a

lidar com a tecnologia e, concomitantemente, transformá-la em ferramenta de ensino/aprendizagem. A narrativa dos educadores em relação às dificuldades em utilizar as tecnologias para o trabalho do AEE traduz esta situação. Essa realidade, pode representar a necessidade de investimentos do poder público à formação continuada de qualidade para os professores em relação à tecnologia, não só em meio a situação em que se está vivendo, mas como algo presente no processo de formação do professor.

Outra consideração que se faz pertinente é em relação ao trabalho colaborativo, mencionado como desafio para os educadores especiais. Observa-se a solidão destes profissionais no trabalho com o estudante público-alvo da educação especial dentro da escola e agora fora dela, quando se trata da elaboração de estratégias de aprendizagem. O educador especial tem o papel de auxiliar neste processo como um facilitador em um trabalho colaborativo com os professores de sala de aula regular e não atuando diretamente no ensino de conteúdos curriculares aos estudantes público-alvo da educação especial, pois desta forma não se configura um processo inclusivo e sim uma substituição do ensino regular pelo AEE.

Uma sugestão para a situação de dificuldade no ensino colaborativo seria a valorização e prioridade a esse trabalho, por parte das equipes gestoras, ao promover momentos de planejamento e formação conjunto entre professores de sala de aula regular e educadores especiais. Esse trabalho, respeitando as diferentes realidades das escolas, pode se estruturar de várias formas, porém é essencial para uma proposta de educação inclusiva, tanto na forma presencial quando para situações de ensino remoto.

Ao longo de toda a pesquisa, foi possível considerar que em nenhum momento os educadores mencionam como desafio ou dificuldade a situação de obstáculos oriundos da desvalorização profissional da classe de professores. Sabe-se que, mesmo na situação inusitada de ensino remoto, estes fatores continuam atuando como interferência na qualidade do que é oferecido aos estudantes. Em contrapartida, observa-se que os educadores, apesar da situação de desvalorização profissional, estão tentando realizar seu trabalho da melhor forma possível.

Por fim, o maior desafio encontrado pelos educadores na situação de ensino remoto, ou seja, a falta de acesso dos estudantes devido à carência de recursos tecnológicos, corresponde a maior dificuldade em se propor alternativas. A desigualdade social é um fator que acarreta em uma ampliação da exclusão escolar. Neste caso, não só relacionado ao público-alvo da educação especial, mas também a todos os estudantes que se percebem excluídos de estratégias de ensino em função de sua situação social.

É sabido que há inúmeras ferramentas tecnológicas capazes de auxiliar o processo de ensino remoto bem como em outras situações de acessibilidade e propostas inclusivas. Entretanto, o estudante precisa ter acesso a um dispositivo e internet compatíveis para a efetivação deste recurso.

Todavia, em casos como estes é que se percebe a importância da criatividade do educador em propor alternativas que sejam possibilitadas aos estudantes com poucos recursos, de forma a tornar o ensino equitativo e de qualidade. Nesse sentido, estão as possibilidades de tecnologias não digitais, propostas que utilizam a ludicidade; o jogo, em sua maneira mais natural, sem o uso de computadores ou *smartphones*. Propor atividades que desenvolvam a inteligência emocional dos estudantes para lidar com os sentimentos em tempos de isolamento é uma possibilidade interessante para o público-alvo da educação especial e para todos os estudantes.

A dificuldade das famílias em auxiliar os estudantes em atividades mais complexas, também mencionada nas narrativas dos educadores, pode ser amenizada se substituída por atividades que proporcionem interação entre os membros da família de maneira lúdica. A exemplo, é possível propor atividades que utilizem o saber popular dos familiares, como brincadeiras e jogos tradicionais, receitas de família, cantigas de roda, fábulas e contos, entre outras propostas que tornem as atividades prazerosas para todos os membros da família e que sejam possíveis de serem realizadas, evitando mais estresse em uma situação que por si só acarreta desconforto emocional.

Diante do exposto, percebe-se que situação de pandemia, sem precedentes, trouxe muitos desafios na educação de uma maneira geral, mais ainda na educação especial e no AEE.

Contudo, originou também muitas transformações na maneira de se enxergar as metodologias de ensino e na forma com que os estudantes aprendem. A aprendizagem está no cotidiano, no seio da família, sobretudo neste momento. Aos professores cabe a reinvenção, mais uma vez, no papel de educar e transformar o dia a dia em oportunidade de aprendizagem.

## Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 7 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html> Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto nº 55.118**, de 16 de março de 2020. Estabelece medidas complementares de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado. Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/17185909-materia395443.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. **Lei 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Censo da Educação Básica: Sinopse Estatística – 2019**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus: o que você precisa saber e como prevenir o contágio**. [cited 2020 Feb 18]. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus> 25 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020. **Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt454-20-ms.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt454-20-ms.htm) Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CEB N° 4, de 02 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) Acesso em: 23 abr. 2020.

CASARIN, M. de M. TREVISON, P. F. F. O Atendimento Educacional Especializado (AEE): Ações Para Incluir. In: PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira. PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. (Org.). **Atendimento educacional especializado: estado da arte** / organizadoras Ana Cláudia Oliveira Pavão, Sílvia Maria de Oliveira Pavão. - Santa Maria: UFSM, PRE; Ed. pE.com, 2017.cap. 1.

COSTA, F. V. Homeschooling no Brasil: uma análise da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei 3179/12. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016. Disponível em: [https://issuu.com/editoradplacido/docs/issuu\\_homeschooling](https://issuu.com/editoradplacido/docs/issuu_homeschooling). Acesso em: 17 mai. 2020.

COSTA, R. C. Lições do coronavírus: ensino remoto emergencial não é EAD. **Revista Desafios da Educação**. 2 de abril de 2020. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/coronavirus-ensino-remoto/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CUNHA, P. A. da. A pandemia e os impactos irreversíveis na educação. **Revista Educação**, edição 266, Editora Segmento. Abril 2020. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/04/15/pandemia-educacao-impactos/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

SANTOS, B. de S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020, E-Book, 32 p. ISBN: 9788575597767.

SILVA JÚNIOR, E. F. da. CANABARRO, R. C. C. REVELANTE, P. A educação especial no contexto histórico. *In*: PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira. PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira. (Org.). **Atendimento educacional especializado: reflexões e práticas necessárias para a inclusão**. – Santa Maria: Ed. pE.com UFSM, 2018. cap. 1. P. 13 -26.

SIMÃO NETO, A. **Cenários e modalidade EAD**. - 1 ed. rev. Curitiba - PR: IESDE. Brasil, 2012. E-book. ISBN: 978-85-387-3111-5. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=r\\_Ku\\_V7pCmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=o+que+%C3%A9+ead&ots=owbHZKvFvQ&sig=hMVkrNq1Q4gL5eVJ0k23W0fL6i4#v=onepage&q=o%20que%20%C3%A9%20ead&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=r_Ku_V7pCmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=o+que+%C3%A9+ead&ots=owbHZKvFvQ&sig=hMVkrNq1Q4gL5eVJ0k23W0fL6i4#v=onepage&q=o%20que%20%C3%A9%20ead&f=false) Acesso em: 25 mai. 2020.

TURCHIELLO, P.; SILVA, S. S. M.; GUARESCHI, T. Atendimento Educacional Especializado. *In*: SILUK, A. C. (Org.). **Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a Prática Pedagógica**. 1. ed. Santa Maria: UFSM. 2014. cap. 2. P. 32-74.

Recebido em 18 de agosto de 2020.  
Aceito em 11 de outubro de 2021.